



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
ATA CIAMOPOP/ES

DATA: 31.05.2022	INÍCIO: 14H	TÉRMINO: 17H
LOCAL:	https://us02web.zoom.us/j/88068226891?pwd=aUVoOUNFWINaMU5DVFM1S0FnKzN5UT09	
ASSUNTO:	6ª Plenária CIAMOPOP/ES	
ParticipantES		
01-Eliando Reis – SEDH		
02-Ipojucan José Oliveira – SESA		
03-Lucileia Rosa Eller – COSEMS – ES		
04-Flávia Rocha Cazzotto – MPES		
05-Sandra Mara Pereira – IJSN		
06-Andrea Monteiro Dalton – UFES		
07-Rita de Cássia Dias Correa Littig SESA		
08-Andreia Lima de Cristo – MPES		
09-Tiago Luiz Bianco Pires Dias – DPES		
10- Lucileia Rosa Eller – COSEMS		
10-Teófilo José Roberto – MTSR		
11-Nathália Pereira – SESD		
12-Ramon Ribeiro – SETADES		
Síntese		
<p>ATA DA 6ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CIAMOPOP/ES), instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021. Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 14h, reuniram-se, na modalidade on-line, através da plataforma Zoom, em: https://us02web.zoom.us/j/88068226891?pwd=aUVoOUNFWINaMU5DVFM1S0FnKzN5UT09, as representações dos órgãos e instituições que compõe este Ciamopop/ES e convidados (as). Desejando boas vindas a todas e todos, após ter o pedido de gravação da plenária prontamente autorizado, Eliando iniciou a reunião agradecendo a participação das instituições e órgãos representados e convidadas (os), passando, na sequência, à Sra. NATHALIA BORBA RAPOSO PEREIRA, Psicóloga e Assessora Especial da Subsecretaria de Estado de Políticas Sobre Drogas (SESD) para falar sobre o “Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas - Rede Abraço”. Segundo Nathália, trata-se de um programa considerado estratégico, criado em 2013, e que foi reformulado em 2020, e apesar das novas diretrizes, o programa manteve o nome <i>Rede Abraço</i>. Em seu redesenho, entre 2019 e 2020, o programa ampara-se em quatro eixos, quais sejam: I - Prevenção ao Uso de Drogas - pensado em ações que são executados em parceria com outros órgãos, municípios, com outros iniciativas fortalecendo ações nos territórios; II - Cuidado e Tratamento - para pessoas que vem apresentar uma necessidade decorrente ao uso de drogas; III - Recomendação Social; e IV - Estudos, Pesquisas e Avaliações para acompanhar as ações em parcerias institucionais, sociedade civil organizada, comunidades, famílias e usuários. “Integrar e fortalecer a rede de cuidados, acolher as pessoas com necessidades decorrentes do uso e abuso de drogas, fortalecer os fatores protetivos e combater fatores de risco para o uso e ampliar o espaço de participação das pessoas na sociedade como um todo”, pontua. Todas as ações primam por esses princípios, com atendimento humanizado, respeito as diferenças, aos direitos humanos, integridade, transparência e ética, foco no cidadão, equidade, transversalidade, rigor técnico e metodológico, respeito ao conhecimento científico, participação social. Na sequência, passou a apresentação de alguns serviços da Rede Abraço: CAAD - Centro de Acolhimento e Atenção Integral Sobre Drogas, que é um serviço de portas abertas para o público, espontaneamente, sem agendamento ou encaminhamento formal de qualquer serviço. “Assim, qualquer pessoa poderá demandar pelos serviços do equipamento, das 8h às 17h, em qualquer das Unidades de: Vitória; Linhares e Cachoeiro de Itapemirim, nas seguintes modalidades: acolhimento e avaliação inicial; Atendimento Individual e familiar; grupo de tratamento ambulatorial;</p>		



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOP/ES

grupo de prevenção a recaídas; grupo de famílias; grupo de orientação para pré-acolhimento em CT; grupo de acompanhamentos pós-alta; encaminhamentos para rede RAPS/SUS, hospitais gerais, SUAS, CTs, além dos grupos terapêuticos que acompanham esse processo”, completa. Rapidamente, Eliando comenta da reunião com Gestores da Saúde Assistência, com vários representantes dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, além do Norte, Noroeste e Sul do Espírito Santo. “Recebemos muitos relatos de encaminhamentos ao equipamento com perspectivas higienistas. Por isso, a reunião objetivava alinhar as informações, (re) apresentar os serviços ofertados pelo Centro de Acolhimento”, conclui. Nathália disse que a Rede Abraço vem buscando fortalecer a integração com a Rede de Atenção Psicossocial nos municípios, com o desenvolvimento de ações nos territórios e nos municípios de origem. “Não adianta vir pra cá para uma pessoa que é do interior, a gente abre umas possibilidades, faz encaminhamentos e a pessoa retorna pro território dela e não consegue da continuidade, então a gente entende que isso tem que ser fortalecido, manter a articulação direto com a rede de saúde”, comenta. As Comunidades Terapêuticas são espaços de acolhimento e de apoio ao tratamento especializado em saúde. É um acolhimento voluntário para adultos clinicamente estáveis munidos de alvará sanitário. Ou seja, um documento da Vigilância Sanitária do município atestando que aquele local possui todas as condições de funcionamento, de acolhimento das pessoas após processo de credenciamento via edital. São avaliações prévias, com fiscalização mensal, conferência de documentos, controle do fluxo de entradas, e, trimestralmente, visitas em loco da equipe de fiscalização. Implantação de equipe psicossocial volante, uma equipe do CAAD que também poderá fazer atendimentos e desenvolver ações em comunidades e em territórios de acesso mais difíceis, como em comunidades povos tradicionais. Edital de boas-práticas foram lançados em 2020 e 2021, e para o próximo mês (junho), há a previsão de mais um edital de boas praticas. O edital visa identificar ações que acontece nos territórios, nos municípios do estado do Espírito Santo que a gente chama de boas práticas de prevenção, cuidado e tratamento e ações de reinserção. Publicado, abrimos pra inscrição para apresentação dos projetos, que passará por uma comissão de avaliação. “Já incentivamos a implantação de Cine Club para jovens; outro que esta rolando agora foi uma articulação iniciada pelo Conselho Tutelar que ele chamou a rede e implantaram o cineclubes com apoio além da relação com o CAPS; São Mateus fez uma horta terapêutica, gerando renda aos usuários e alimentação. O projeto continua apesar do fim do incentivo”, conclui. Há também projetos nas áreas como oficina de marcenaria; oficina no CAPS; Encanto juvenil e uma comunidade terapêutica que comprou computadores em laboratórios de informática para o EJA, cursos EAD e musicalidade em Vila Velha. Com os recursos do edital, compararam instrumentos musicais, fizeram uma oficina com o projeto de vida junto com musicalidade, isso uma forma de prevenção ao uso de drogas, enfim, são muitas coisas bem bacana. O edital de reinserção social é voltado para pessoas que tiveram problemas relacionados ao uso de drogas e que são superados através da reinserção cultural; reinserção do trabalho, da escolaridade e do incentivo às essas práticas. Educação sobre drogas nas escolas estaduais em parceria com a Secretaria de Educação, criação de um caderno metodológico de prevenção ao uso de álcool e outras droga com orientações gerais para educadores/as sobre como trabalhar o tema em sala de aula, com informações da política sobre drogas, que visa ajuda no planejamento de aulas, indicações de filmes que subsidie o debate além de músicas. “Fazemos ações formativas, internas e externas, e mais recentemente sobre diversidade sexual de gênero, com a Servidora da Secretaria de Direitos Humanos”, comenta. Nathália também falou da semana estadual sobre drogas, celebrada em Julho, com evento da temática aberto ao público. Comenta da parceria com CAPS, orientações dos fluxos e avaliação das equipes dos CAPS nos casos de perfil ao acolhimento em residência terapêutica, além de parcerias com instituições de ensino superior, e que o CAAD está habilitado ao estágio em Psicologia e Serviço Social. Falou sobre o lançamento do Observatório Capixaba de Informações Sobre Drogas - OCID, com site disponível, com divulgamos não só as ações da Rede Abraço, mas de todas as Redes, com o compartilhamento de artigos. Abertura um canal na Ouvidoria Geral do Estado, “existe uma aba agora da Rede Abraço para denúncias, reclamações, dúvidas, dentre outros”, disse. Para mais informações, as pessoas podem acessar este observatório em: <https://ocid.es.gov.br/> ou no CALL CENTER, através do telefone 0800 028 1028. Também é possível acessar o caderno de prevenção. Sandra Mara - IJSN, pergunta como está o caso das pessoas em situação de rua, quais tem sido os principais encaminhamento principalmente considerando que esse segmento tem uma rede de apoio menor e mais difícil de mobilizar, que envolve família, que envolve outros sujeitos, como é que isso dentro da Rede Abraço? Como não há dados quantitativos ou qualitativos, Nathália comenta que geralmente são



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPPOP/ES

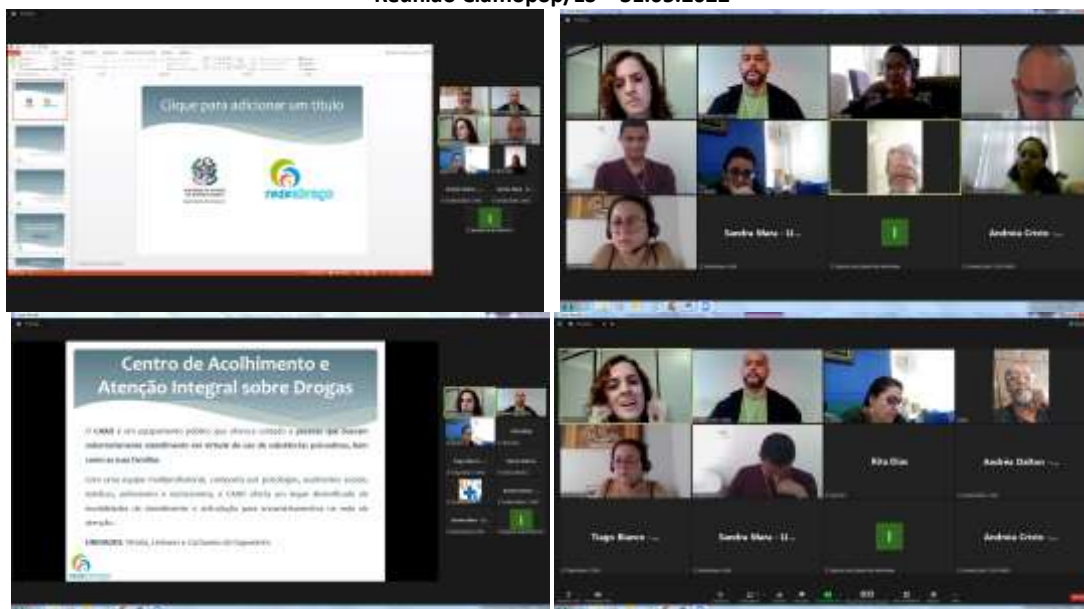
demandas espontâneas, que muitos já chegam pedindo encaminhamentos às residências terapêuticas. Todavia, a definição dos encaminhamentos é feita com base na avaliação de equipe; na rede que a pessoa possui e no desejo voluntário. Geralmente chegam com demanda para comunidade terapêutica, e se não houver nenhum impedimento à indicação fazemos esse encaminhamento, e, neste período, fazemos as articulações necessárias, buscando reconstruir a rede para que essa pessoa retorne ao seu território ou a outro que deseja. Sandra Mara pergunta como é feito esse acompanhamento pós-acolhimento. Nathália comenta que isso é feito através do acesso a outras políticas durante o acolhimento, ou seja, ao longo do processo da acolhida na comunidade terapêutica, através do acionamento de outras políticas setoriais. Rita questiona sobre os atendimentos às pessoas em situação de rua, que procuram pelos serviços espontaneamente, chega cedo e é acolhido. Porém, se tiver que passar por algum especialista, caso isso não ocorra no mesmo atendimento, terá que retornar no dia ou na semana seguinte e, neste período, permanecerá em situação de rua. Nestes casos, segundo Nathália, as equipes tentam articulação com os SEAS, Centro POP, Serviço de Abrigamento ou Acolhimento Noturno ao longo do processo de avaliação, porém trabalhando com a possibilidade de encaixes emergenciais considerando a situação de vulnerabilidade. **Teófilo**, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores em Situação de Rua MTSR, fala das especificidades do serviço (residências terapêuticas) às pessoas em situação de rua, em cuja passagem não se criou as condições para que as pessoas restabelecessem seus vínculos familiares e/ou afetivos e quando deixam as residências se veem obrigadas a voltarem para as ruas. Sobre isso, **Nathália** concorda com Teófilo e diz que são realidades não apenas do Programa Rede Abraço, mas de toda rede de avaliação que ainda é bastante fragilizada. Eller comenta que precisamos conscientizar gestores (as) para que se aproximem dessa política, sabemos que há muitas referências técnicas envolvidas, porém a gestão não se envolve como deveria, falo disso onde estou, pois precisamos ocupar os espaços de governança, câmeras técnicas e discutir com os técnicos. Você falou que a Rede Abraço tem atendido adolescentes, na pré-adolescência e na faixa de 12 anos, a gente sabe que a intersectorialidade é um grande desafio, especialmente em se tratando crianças em situação de rua. **Nathália** concorda com as questões trazidas e observa que há muito que avançar, porém observa que são poucos adolescentes que buscam por esses serviços, e quase sempre com pedido da própria família por internação, e, neste caso, nosso trabalho é mais de desconstrução desse desejo, seguido de um amplo diálogo com a família. Lucileia comenta que atendiam 22 adolescentes em situação de rua que ficavam todos na Praça do Cauê. Alguns eram domiciliados, porém com vínculos familiares rompidos. Talvez fosse interessante fazer uma mesa e abordar essa questão, fazer esse levantamento junto aos CAPS, Consultório na Rua. “Vivemos tempos difíceis e cruéis, existem o sucateamento do sistema como todo, não vou falar apenas do SUS, a gente caiu no congelamento de gastos, a área de saúde mental sofreu muito nesse último ano do governo com perdas irreparáveis, eu acho que fica provocação pra gente quanto grupo, pensar como a gente pode provocar, como que a gente leva pra discutir isso com gestores, e a gente tentar fazer essa busca ativa conhecer essa população, conhecer essa necessidade tentar parametrizar alguma coisa, que a gente consegue induzir isso pra espaços nos municípios na questão mesmo de ponto de vista de território, precisa conhecer essa população que a gente tem que induzir que vejamos o risco da família dessa pessoa, se tem ou não família, a vulnerabilidade acho que é importante. **Letícia Valim** – COGEMASES, comenta que cada município possui seu levantamento, é verdade que há município que não dispõe, por exemplo, de CAPSi, mas é possível este levantamento de informações pra dividir. “Em Vila Velha a gente tem o CAPS infantil, portanto, temos crianças e adolescentes em situação de rua que são referenciadas aqui, mas também de outros territórios, e sabemos disso porque trabalhamos em conjunto”, conclui. Lucileia comenta que seria importante este levantamento e leva-lo para uma discussão junto ao COSEMS, dialogar com as referências técnicas, mas também com gestores, especialmente agora que dispomos de espaço no colegiado. Rapidamente, Eliando fala da Recomendação nº 005/2022 da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), elaborada a partir das informações das mudanças drásticas na temperatura do país e no Estado do Espírito Santo, endossada por esta Coordenação de Pessoas em Situação de Rua e enviada aos municípios, assim como a Nota Técnica nº 14/2022 – SESA/SSVS/GEVS/PEI, com informações da inclusão das Pessoas em Situação de Rua na Campanha de Vacinação contra a influenza no âmbito do Programa Estadual de Imunizações do estado do Espírito Santo. Posteriormente, Dr. Thiago ficou de fazer um levantamento, junto ao Núcleo de Direitos Humanos, pra verificar o quantitativo de municípios que responderam à recomendação da Defensoria. Teófilo comenta que em 2018, o Instituto Jones realizou uma pesquisa sobre a população em situação de rua na Região Metropolitana da Grande Vitória, porém não



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPop/ES

contabilizava a população de menores, apenas jovens e adulta. Sandra comenta que era exatamente isso, mas não foi senso, e sim uma pesquisa que traçava muito mais o perfil dessa população, levantamento de demandas, características, mas a gente não tinha a intenção de quantificar as pessoas em situação de rua. Sobre CadÚnico, Eliando comenta que os dados são públicas, ou seja, são informações que a gente consegue disponibilizar para você, pois isso é bem tranquilo pra gente encaminhá-las. Letícia aproveita para informar que o COGEMAES também replicou as recomendações da Defensoria a todos os/as gestores/as da Assistência do estado, e sensibilizamos pra que respondessem o mais rápido possível com o levantamento das ações realizadas. Dr. Thiago aproveita para atualizar as informações, a pouco, recebidas e disse que, pelo menos, 17 municípios já haviam respondido ao Núcleo de Direitos Humanos da DPES. “Vamos fazer o levantamento ainda e, na sequência, a fiscalização”, comenta. Teófilo aproveita para informar que na última sexta tiveram reunião do CIAMP Rua Serra, o primeiro Comitê do Estado, quando questionei sobre a disponibilidade dos recursos emergencial, verba a disposição das Secretarias de Assistência Social, e a resposta que tivemos é que não poderia ser usada neste caso, mas somente para alagamentos e calamidades. Sobre isso, Dr. Thiago comenta que, de fato, toda verba pública possui sua finalidade de acordo a disponibilidade orçamentária, porém isso não impede em nada o dever constitucional de realizar os direitos fundamentais da constituição, então ainda que não use a verba destinada para emergência de desabamento, que são próprias a serem rubrica, o poder públicos tem que aplicar a verba para tutela das pessoas em situação de rua no caso de frio, desabrigamento, no caso de preparo de toda rede de atenção à pessoa esta em situação de rua, então uma coisa não impede a outra ainda que não se aplique essa verba em si, por ter uma rubrica própria vai ter que aplicar sim dinheiro, verba para completude do seu dever constitucional, então isso não interfere a nossa cobrança a nossa fiscalização para isso. “Só fornecer a sopa não é suficiente”, finaliza. Por fim, Teófilo pontua ao colegiado do Ciamopop/ES que gostaria que trouxesse um diálogo a cerca das questões relacionadas a insegurança alimentar e nutricional, especialmente se a gente considerar o difícil momento por que para a população em situação de rua no país e, sobretudo, no Estado do Espírito. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada as dezesseis, e foi lavrada por mim, Eliando Reis, servidor da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) membro deste Ciamopop/ES.

Reunião Ciamopop/ES – 31.05.2022



(Prints: Eliando Reis)